

I. FUNDAMENTOS DOUTRINÁRIOS

A doutrina libertária baseia-se na liberdade individual, na propriedade privada e na limitação estrita do poder do Estado. Estas ideias têm raízes profundas no pensamento ibérico do século XVI, particularmente nos escolásticos da Escola de Salamanca.

Estes pensadores defenderam que cada pessoa é dona de si mesma e do fruto do seu trabalho, que a propriedade é uma extensão da liberdade, que a moeda deve manter o seu valor e que os impostos apenas podem existir com consentimento. Também afirmaram que um governante que viole estes princípios perde a sua legitimidade.

No século XX, Ludwig von Mises e Murray Rothbard retomaram estas ideias. Rothbard formulou o princípio da não-agressão como base de uma sociedade justa. Esse princípio já estava implícito na tradição cristã, que considera errada qualquer agressão injustificada.

A liberdade, a propriedade e a responsabilidade individual são os pilares de uma ordem social justa. O Estado, quando ultrapassa estes limites, transforma-se numa entidade que viola o direito natural. A ideia de "contrato social" é uma ficção: ninguém o assinou, ninguém pode dele sair livremente, e o Estado impõe-se pela força, não pelo consentimento.

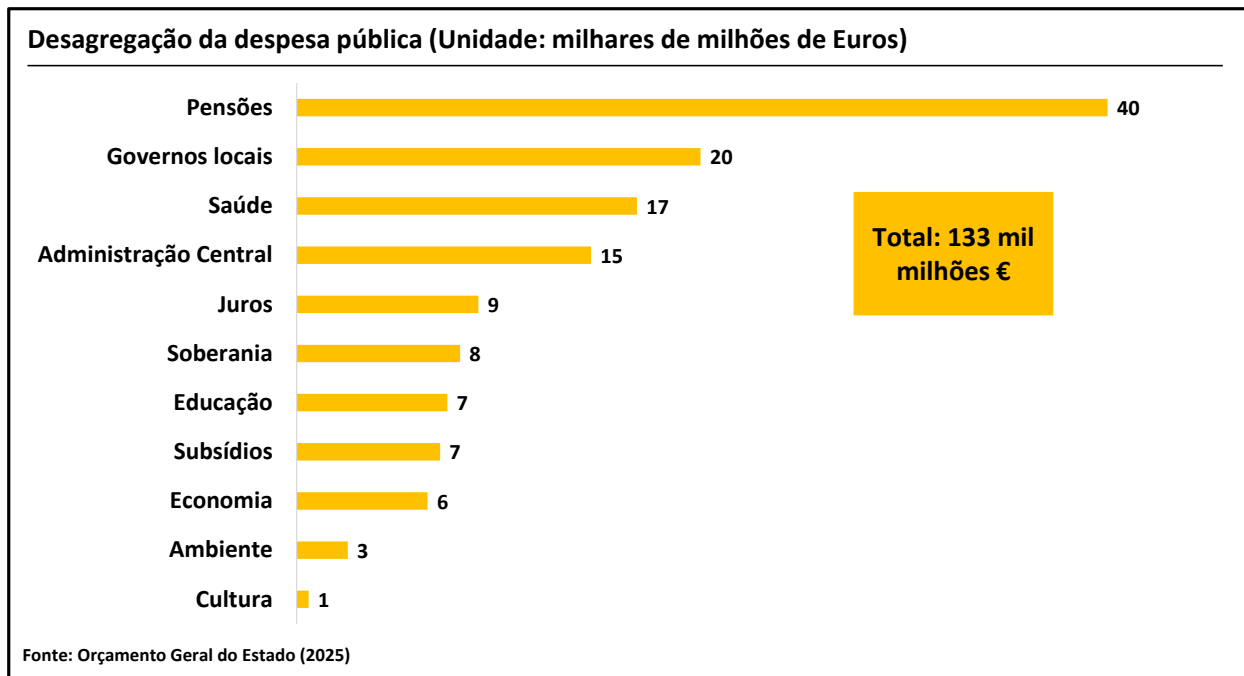
O Partido Libertário rejeita a ideia de que o Estado deva definir a moral ou orientar a vida das pessoas. A vida humana é um bem inviolável desde a concepção. A liberdade não depende da opinião da maioria. A propriedade é anterior ao Estado e não deve depender de autorizações.

O Estado centralizado afirma que presta serviços essenciais, mas na prática cria dependências, impõe regras e limita a liberdade. O Partido Libertário defende uma sociedade em que as pessoas assumem a responsabilidade pelas suas escolhas e em que o poder é descentralizado e limitado.

II. A CRISE DO ESTADO PORTUGUÊS

Em 2025, a despesa pública em Portugal irá ultrapassar os 133 mil milhões de euros, o que representa cerca de 45% do PIB nacional. Cada residente suporta, em média, mais de 12.500 euros por ano para manter o Estado. Este peso resulta de um crescimento constante do aparelho estatal desde a entrada na Comunidade Económica Europeia em 1986. O Estado cresceu não apenas em tamanho, mas também em complexidade, criando estruturas permanentes financiadas com fundos europeus e impondo um modelo centralizado e uniforme.

Programa Partido Libertário



Durante os anos 1990 e 2000, foram criados novos ministérios, institutos e agências. Em vez de transferir competências para as autarquias, o Estado reforçou a centralização. Mesmo após a crise da dívida de 2011, e apesar de um recuo temporário, o Estado retomou rapidamente a sua expansão. O aumento da carga fiscal e a consolidação da dependência orçamental tornaram-se características permanentes do sistema.

A maior parcela da despesa corresponde às pensões, que somam mais de 40 mil milhões de euros. Cerca de um quarto desse valor é financiado por impostos, o que revela a falta de sustentabilidade do sistema. Além disso, o Estado gasta mais de 7 mil milhões de euros por ano em subsídios e transferências sociais. Esta política perpetua a dependência das populações e desincentiva a autonomia.

Por outro lado, as verdadeiras funções soberanas do Estado — como a Defesa, a Justiça e a Segurança — representam apenas 8,1 mil milhões de euros. O valor destinado a estas funções essenciais é ridículo face às demais despesas do Estado.

A evolução da dívida pública portuguesa é a mais gritante prova do colapso moral e estrutural do regime. Em 1973, ainda sob o chamado “fascismo”, a dívida representava 12% do PIB — apenas 232 milhões de euros. Com a entrada de Portugal na então Comunidade Económica Europeia e, depois, na zona euro, o pretexto da integração europeia justificou a entrega da soberania orçamental e a explosão do endividamento.

Em 1998, a dívida já representava 56% do PIB (111,3 mil milhões de euros). No final de 2024, ultrapassa os 270 mil milhões, correspondendo a 89% do PIB. Esta dívida não serve o investimento produtivo nem o bem comum: serve para alimentar um Estado desmesurado, para garantir rendas à burocracia, comprar votos por via de subsídios e transferir recursos das gerações futuras para os grupos instalados no presente. É uma fraude orçamental com aparência de legalidade.

Este descalabro é sustentado por uma política monetária criminosa. Desde a criação da moeda única, o Banco Central Europeu multiplicou a base monetária a um ritmo absurdo: entre 1998 e 2024, o agregado M2 passou de 4 biliões para mais de 14 biliões de euros — um aumento superior a 250%. Esta inflação monetária não é neutra: serve para financiar Estados, bancos e grandes empresas, enquanto corrói os salários, as pensões e a poupança das famílias.

É um imposto oculto, regressivo, sem votação, sem transparência. O cidadão comum vê os seus euros perderem valor, sem perceber que a diluição do seu poder de compra é o resultado directo da expansão monetária promovida por tecnocratas sem mandato. Esta forma de roubo silencioso é a verdadeira raiz da desigualdade moderna — e é por isso que a luta pela liberdade exige, também, uma ruptura total com o sistema bancário centralizado e fiduciário.

III. ESTRATÉGIA POLÍTICA

Consciencialização

- Fim da retenção na fonte. O trabalhador recebe a totalidade do custo para o empregador e assume o pagamento dos seus impostos.
- O empregador deixa de ser intermediário fiscal.

Carta de Direitos Inalienáveis

- Liberdade educativa: os pais têm o direito de escolher integralmente o modelo pedagógico para os seus filhos, sem interferência estatal.
- Nenhum cidadão é obrigado a financiar políticas públicas que violem os seus princípios morais ou constitucionais.
- Respeito absoluto pela propriedade privada, sendo o proprietário livre de a utilizar, gozar e dispor da mesma sem interferência do Estado ou de qualquer entidade coerciva. A alienação forçada de propriedade, sem consentimento livre e informado do titular, é inadmissível em qualquer circunstância.
- Liberdade de associação para defesa da propriedade: qualquer grupo de cidadãos livres poderá constituir forças de segurança privadas com vista à protecção dos seus bens, desde que respeite o princípio da não-agressão e a soberania alheia.
- Responsabilização do acusador público: todo o cidadão que seja privado da sua liberdade sem culpa formada ou sem sentença transitada em julgado terá o direito de intentar acção civil e criminal contra o acusador público ou entidade que tenha abusado do poder coercivo.
- Nenhum direito pode ser suspenso por estados de emergência, pandemias ou tratados internacionais. Os direitos fundamentais são absolutos.
- Proibição do uso de tecnologias de vigilância estatal sem mandado judicial, incluindo reconhecimento facial, drones ou interceptação de comunicações.
- Nenhum cidadão pode ser discriminado por não adesão a sistemas estatais, como segurança social, vacinas ou registos centrais.

Programa Partido Libertário

- O Estado é neutro em matéria de moral, religião ou convicções pessoais. Não legisla valores, apenas garante liberdade e responsabilidade.
- Liberdade de contrato absoluto. Todos os acordos voluntários entre partes são válidos, salvo violação de direitos de terceiros.
- Direito à objecção de consciência em qualquer contexto, seja fiscal, médico, educativo ou laboral. Nenhum cidadão pode ser forçado a agir contra as suas convicções.
- Direito à autodefesa jurídica. Qualquer cidadão pode recusar a representação obrigatória e defender-se a si próprio em juízo.
- O Estado não reconhece, legaliza ou institui uniões entre pessoas. Relações afectivas ou familiares são da esfera privada e, quando desejado, reguladas por contrato entre as partes. O casamento é uma instituição religiosa e não cabe ao Estado definir os seus contornos.
- Direito de defesa efectiva em execução fiscal. A apresentação de recurso por parte do cidadão suspende a execução, bem como qualquer obrigação de pagamento ou entrega de garantias, até existência de sentença transitada em julgado. Fim da prepotência fiscal.
- Nenhuma detenção superior a 24 horas sem acusação formal.
- Nenhuma penhora ou congelamento de bens sem decisão judicial definitiva.
- Liberdade de pagamento de impostos na moeda escolhida pelo cidadão.
- Abolição do curso legal obrigatório do Euro.
- Tratamento do dinheiro como bem em custódia, não como mútuo.
- Direito ao porte e uso de armas.
- Abordagens policiais apenas com mandado judicial ou em caso de crime flagrante.
- Uso da propriedade sem necessidade de licenças estatais. Litígios resolvidos por arbitragem privada.
- Liberdade plena de expressão. Rejeitamos o regime actual em que expressões vagas como "desinformação" ou "discurso de ódio", sem relação com crimes reais como agressão à vida, ao corpo ou à liberdade, são usadas para intimidar e censurar os cidadãos.
- Direito à privacidade e à protecção de dados pessoais, sem excepções.
- Direito à recusa de qualquer acto médico sem prejuízo, garantindo o consentimento informado.
- Proibição de atribuição de número fiscal (NIF) a recém-nascidos.
- Soberania corporal: cada pessoa decide sobre o que introduz ou não no seu corpo..

Imigração com Responsabilidade

- Cidadãos oriundos de fora da União Europeia apenas poderão imigrar mediante contrato de trabalho, apólices de seguro e prova de meios de subsistência por seis meses.
- Extinção do princípio da nacionalidade por nascimento (ius soli).

IV. DESMANTELAMENTO DO ESTADO CENTRALIZADO

Reorganização

- Extinção de todos os ministérios excepto Justiça, Defesa e Administração Interna.
- Cada município decide o modelo de prestação de serviços (público, privado, misto).
- Concorrência entre municípios ou associações de municípios.

Programa Partido Libertário

- Eliminação de programas nacionais, exames e currículos uniformizados. Cabe aos pais definir o ensino e a escolaridade dos seus filhos.

Corte Orçamental

- Manutenção apenas das despesas com pensões, juros da dívida pública e funções de soberania.
- Corte previsto de 75 mil milhões de euros em apenas uma legislatura, fruto do encerramento de diversos ministérios, estruturas centrais, fundações e observatórios.
- Redução fiscal de cerca de **7 mil euros por português, ou seja, devolução média de 7 mil euros anuais.**

Reforma das Pensões

- Jovens fora do sistema obrigatório.
- Activos podem sair mediante a restituição dos seus descontos, através da alienação de património e emissão de títulos de dívida pública em caso de ser insuficiente.
- As pensões existentes passam a ser financiadas por impostos indirectos, mantendo-se um volume de impostos suficiente para cobrir pensões, juros da dívida pública e funções de soberania.

Justiça Privada

- Privatização da justiça civil e fiscal.
- Cidadãos podem escolher resolver conflitos com o Estado por arbitragem.

Integração Internacional

- Referendos sobre permanência na União Europeia e na NATO.
- Saída de organizações como FMI, OCDE, etc.
- Defesa do livre-comércio.
- Rejeição de exército europeu e do recrutamento obrigatório.

Desregulamentação Económica

- Revogação de toda a legislação não exigida pela União Europeia.
- Eliminação, entre outros e não exaustivo, do Código do Trabalho, leis do arrendamento, ordens profissionais e reguladores nacionais.
- Contratos passam a reger-se apenas pelo Código Civil e arbitragem privada.
- Privatização imediata de todas as empresas públicas e participadas (RTP, TAP, CP, etc.).

V. CONCLUSÃO: A REVOLUÇÃO LIBERTÁRIA

As três mensagens principais do Partido Libertário são claras:

Programa Partido Libertário

- Liberdade monetária: cada cidadão deve poder pagar os seus impostos em Bitcoin ou outro activo consensual. O euro não é sagrado.
- Aumento exponencial do poder de compra: com o corte de 75 mil milhões de euros na despesa estatal, cada residente beneficiará de uma redução fiscal de cerca de 7 mil euros por ano.
- Tomada de consciência: com o fim da retenção na fonte, cada cidadão assume directamente os seus compromissos fiscais. A relação com o Estado deixa de ser invisível e torna-se consciente.

O Partido Libertário propõe uma ruptura total com o paradigma socialista, redistributivo e centralista que domina Portugal. Recusamos a ideia de que a liberdade possa ser concedida ou regulada. A propriedade não é uma tolerância do Estado. A vida não se relativiza por critérios políticos. Cada português deve recuperar a responsabilidade sobre a sua existência, sem tutela estatal.

Esta proposta não é teórica. É um apelo à acção de todos os cidadãos cansados de serem tratados como súbditos, oprimidos por impostos escondidos, regras opacas e uma máquina burocrática incontável. É o convite à construção de uma sociedade onde o indivíduo vale mais do que a instituição, onde a cooperação livre substitui a imposição legal.

Não prometemos gerir melhor o Estado. Comprometemo-nos a desmantelar a engrenagem que aprisiona a iniciativa, a criatividade e a dignidade dos portugueses. A revolução libertária começa na consciência de que o conformismo é cúmplice e a liberdade exige coragem.

Queremos reconstruir Portugal sobre os alicerces da responsabilidade individual, da autonomia voluntária e do respeito absoluto pela propriedade. A liberdade é indivisível: ou é plena, ou é uma ilusão.

Liberdade agora. Liberdade sem concessões.